

Execuções regressam à Circular de Maputo

Quatro cidadãos adultos foram encontrados carbonizados na Estrada Circular de Maputo com sinais de terem sido amarrados em vida, a Polícia da República de Moçambique suspeita que possam ter sido executados.

Texto: Redacção

A viatura foi encontrada pela PRM na zona de Muntanhane, no Distrito de Marracuene, na Província de Maputo e os quatro cadáveres apresentavam sinais de terem sido amarrados antes de perderem a vida nesta segunda-feira (24).

“O que nós presumimos é que os indivíduos chegaram ao local já sem vida, deve ter sido perpetrado em algum lugar e chegou a aquele sítio apenas para incendiarem a viatura e tentarem esconder vestígios”, explicou à Rádio Moçambique o porta-voz da PRM na Província de Maputo, Joarce Martins.

No passado recente a Estrada Circular de Maputo foi palco de diversos assassinatos com sinais de execuções.

Surto de cólera na Província de Nampula causa uma morte

Depois da Província de Cabo Delgado um novo surto de cólera eclodiu na Província de Nampula que em duas semanas afectou pelo menos 349 pessoas e causou um óbito.

Texto: Redacção

O surto foi declarado nesta quinta-feira (28) pelo director provincial de Saúde, Sulaimana Isidoro, que precisou que a chamada “doença das mãos sujas” foi diagnosticada em quatro dos

“Moçambique pediu um Programa (PSI) e as discussões vão iniciar na segunda metade de Março”, Fundo Monetário Internacional



O Fundo Monetário Internacional (FMI) confirmou nesta quinta-feira (27) ter recebido do Governo de Filipe Nyusi o pedido de um novo Instrumento de Apoio à Política Económica (PSI). “Moçambique pediu um Programa e as discussões vão iniciar na segunda metade de Março”, disse ao @Verdade o porta-voz do FMI, Gerry Rice, instituição que suspendeu o seu Programa anterior em 2016 após a descoberta das dívidas ilegais.

Texto & Foto: Adérito Caldeira

continua Pag. 02 →

Ministro Tonela negocia Mpanda Nkuwa e gasoduto Palma – Gauteng com homólogo sul-africano

O ministro dos Recursos Minerais e Energia, Ernesto Max Elias Tonela, recebeu esta semana o seu homólogo da África do Sul, Gwede Mantashe, num encontro “secreto” e sem declarações públicas. O @Verdade apurou que a viabilização da barragem de Mpanda Nkuwa e do gasoduto Palma – Gauteng foram dos projectos energéticos regionais abordados.

Texto: Adérito Caldeira

Sem alaridos nem comunicações à imprensa decorreu numa das unidades hoteleiras de Maputo um encontro entre os responsáveis máximos pela energia de Moçambique e da África do Sul.

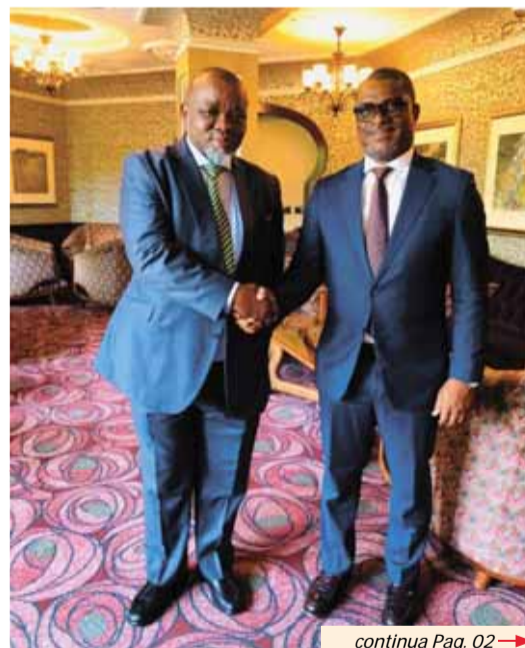
“Abordamos projectos energéticos regionais de benefício mútuo, não falamos de projectos em particular” disse ao @Verdade o director nacional de Energia, Pascoal Bacela.

Contudo enquanto Moçambique tenta tirar do papel a segunda barragem no rio Zambeze e monetizar ainda mais o gás natural que terá direito quando iniciarem os projectos de liquefação na Bacia do Rovuma o país vizinho enfrenta uma crise energética grave, com raciona-

mento de electricidade.

A barragem de Mpanda Nkuwa representaria uma grande, segura e limpa fonte de energia para a África do Sul, principal comprador da energia produzida pela Hidroeléctrica de Cahora Bassa, e o nosso país precisa de garantir contratos de compra para obter os financiamentos bancários que são necessários, afinal o mercado doméstico é pequeno para viabilizar um empreendimento que estava orçado em 2,3 biliões de dólares norte-americanos.

Por outro lado Moçambique terá disponível pelo menos 950 milhões de pés cúbicos de gás natural da Bacia do Rovuma e o mercado nacional é insignificante, e não deverá crescer muito



continua Pag. 02 →



VERDADE

A verdade em cada palavra.



Envia dinheiro, Paga água e TV, Compra CREDELEC, e muito mais

DIGITA *898#

É rápido, seguro e conveniente

Publicidade

→ continuação Pag. 01 - "Moçambique pediu um Programa (PSI) e as discussões vão iniciar na segunda metade de Março", Fundo Monetário Internacional

No seguimento da visita do subdiretor-geral do FMI, Tao Zhang, a Maputo, no início deste mês o Governo formalizou o pedido de um novo Instrumento de Apoio à Política Económica acompanhada de uma nova Linha de Crédito Stand-by, que são empréstimos concedidos pelo Fundo Monetário a países pobres com problemas de curto prazo na balança de pagamentos, como é o caso de Moçambique.

Gerry Rice, questionado pelo @Verdade, confirmou que "sim o FMI recebeu um pedido formal para iniciar a discussão de um novo Programa com Moçambique. Enviaremos uma Missão a Maputo na segunda metade de Março para efectivar isso".

O porta-voz do Fundo Monetário assinalou que algumas das questões a serem discutidas com o Executivo de Nyusi são "a sustentabilidade da Dívida Pública, compromisso forte com a consolidação fiscal a médio prazo e a preservação dos gastos sociais e investimentos em infra-estruturas essenciais".



"E na governança, o fortalecimento da estrutura de governança de Moçambique é fundamental para garantir que recursos públicos escassos sejam utilizados de maneira efectiva em benefício da vida do povo de Moçambique", enfatizou Rice.

Falando em conferência de imprensa na sede do FMI em Washington DC, nos Estados Unidos da América, Gerry Rice reiterou que "sim, Moçambique pediu um Programa e as discus-

sões vão iniciar na segunda metade de Março".

Moçambique estará efectivamente de volta com um novo Programa Financeiro do FMI

A Missão do Fundo Monetário estará em Moçambique antes da aprovação do novo Plano Quinquenal do Governo de Filipe Nyusi, assim como dos Plano Económico e Social e Orçamento do Estado de 2020, instrumentos de política

que deverão reflectir as discussões de um novo PSI.

A actividade económica no nosso país tem abrandado desde Abril de 2016, momento em que foram descobertas as extensões das dívidas ilegais contraídas pelo Governo de Armando Guebuza e que precipitou a crise económica e financeira que até hoje se vive. Nessa altura foi a suspensão do Instrumento de Apoio à Política Económica que Moçambique tinha com o FMI des-

de 2013 por violação das obrigações previstas na Secção 5 do Artigo VIII.

O @Verdade entende que mais importante do que o montante que o nosso país possa ter acesso através de uma nova linha de crédito do FMI a existência de um Instrumento de Apoio à Política Económica com a instituição financeira multilateral significará que Moçambique estará efectivamente de volta, parafraseando o Presidente Filipe Nyusi, e as portas dos mercados financeiros voltarão a abrir-se e quiçá a crise económica e financeira poderá ser ultrapassada.

No entanto o @Verdade sabe que após as discussões a Missão, que estará em Maputo daqui há poucas semanas, regressará a Washington DC para apresentar os resultados das discussões, a "Consulta do Artigo IV" deverá ser refeita e só então o Conselho de Administração do FMI irá aprovar, é mais do que provável, o novo Instrumento de Apoio à Política Económica... nunca antes de Junho.

→ continuação Pag. 01 - Ministro Tonela negocia Mpanda Nkuwa e gasoduto Palma - Gauteng com homólogo sul-africano



mais, para rentabilizar o hidrocarboneto.

Tal como tem sido o principal destino do gás natural extraído na Província de Inhambane é público o interesse da África do Sul no gás de Cabo Delgado e a Sasol acredita na viabilidade de um gasoduto de 2.600 quilómetros, entre Palma e a Província de Gauteng, que está orçado em 6 biliões de dólares norte-americanos.

Uma das principais missões do ministro Tonela durante este quinquénio criar as bases para Moçambique tornar-se um pólo regional de energia eléctrica. A materialização da barragem de Mpanda Nkuwa e do gasoduto Palma - Gauteng podem tornar esse sonho em realidade.

→ continuação Pag. 01 - Surto de cólera na Província de Nampula causa uma morte 23 distritos daquela que é a maior província de Moçambique nomeadamente em Mogovolas, Memba, Nacala-à-Velha e na Cidade de Nampula.

Isidoro revelou, em conferência de imprensa na capital provincial, que o

óbito ocorreu em Nametil, no Distrito de Mogovolas.

A autoridade de saúde indicou que foram instalados quatro centros de tratamento, onde 13 novos pacientes foram admitidos nas últimas 24 horas elevando para 29 o número de

doentes em tratamento.

Segundo Sulaimana Isidoro as autoridades estão também em alerta nos distritos de Monapo, Larde, Meconta e Ribaué onde um surto de diarreia adoeceu 128 cidadãos, 49 dos quais estavam hospitalizados.

Banco de Moçambique adia novamente retoma da economia por mais 2 meses

Como era expectável o Banco de Moçambique (BM), reunido no seu primeiro Comité de Política Monetária (CPMO) de 2020, não mexeu em nenhuma das suas taxas de referência mantendo a retoma da actividade económica em suspenso por pelo menos mais 2 meses enquanto se aguarda pelo Plano Quinquenal do Governo de Filipe Nyusi assim como pelos Plano Económico e Social e Orçamento do Estado para este ano.

Texto: Adérito Caldeira

Mesmo após a investidura de Filipe Nyusi para um 2º mandato como Presidente da República e da nomeação do seu Governo o BM decidiu, nesta quinta-feira (27), "manter a taxa de juro de política monetária, taxa MIMO, em 12,75 por cento".

"O CPMO decidiu, igualmente, manter as taxas da Facilidade Permanente de Depósitos e da Facilidade Permanente de Cedência em 9,75 por cento e 15,75 por cento, respectivamente, bem assim os coeficientes de Reservas Obrigatórias para os passivos em moeda nacional e em moeda estrangeira em 13,0 por cento e 36,0 por cento, respectivamente", refere em comunicado o banco central.

Desde Agosto de 2019 que o banco central interrompeu o relaxamento da sua política monetária que encarece o custo do crédito e

continua a retrainir os investidores nacionais.

Preocupa ao Banco de Moçambique "a intensificação da instabilidade militar na zona norte do país, para além das incertezas quanto ao prolongamento e impacto das cheias e secas que têm assolado o território nacional. A nível externo, realça-se a recente eclosão da epidemia do Covid-19 que, em caso de prolongamento, poderá resultar no abrandamento da economia global e consequente fraca procura externa, com impacto sobre a dinâmica dos preços domésticos".

Devido ao coronavírus a economia da China poderá desacelerar, em consequência das medidas de prevenção unidades de produção foram encerradas e o consumo dos chineses abrandou, o que poderá reduzir a importações do gigante asiático e elevar

o custo dos produtos que exporta. Em 2018 a China tornou-se na segunda fonte das importações de Moçambique que compra principalmente alcatrão, pneus e arroz.

Salvo algum evento extraordinário o Comité de Política Monetária do BM só volta a reunir a 30 de Abril de 2020, altura em que o Executivo de Nyusi já deverá ter submetido a Assembleia da República as suas novas políticas para reanimar a actividade económica que tem vindo a abrandar desde 2018.

Enquanto isso o metical continua a sua trajetória decrescente em relação as principais divisões, nesta quinta-feira (27) foi transaccionado a 65,85 por cada dólar norte-americano e a 4,31 por cada rand sul-africano.

Funcionário da saúde viola menor e infecta-a com HIV na Zambézia

Uma menor foi infectada pelo vírus HIV na Cidade de Quelimane, capital da Província da Zambézia, na sequência de violações sexuais de que foi vítima por um vizinho adulto, funcionário da Direcção Provincial de Saúde.

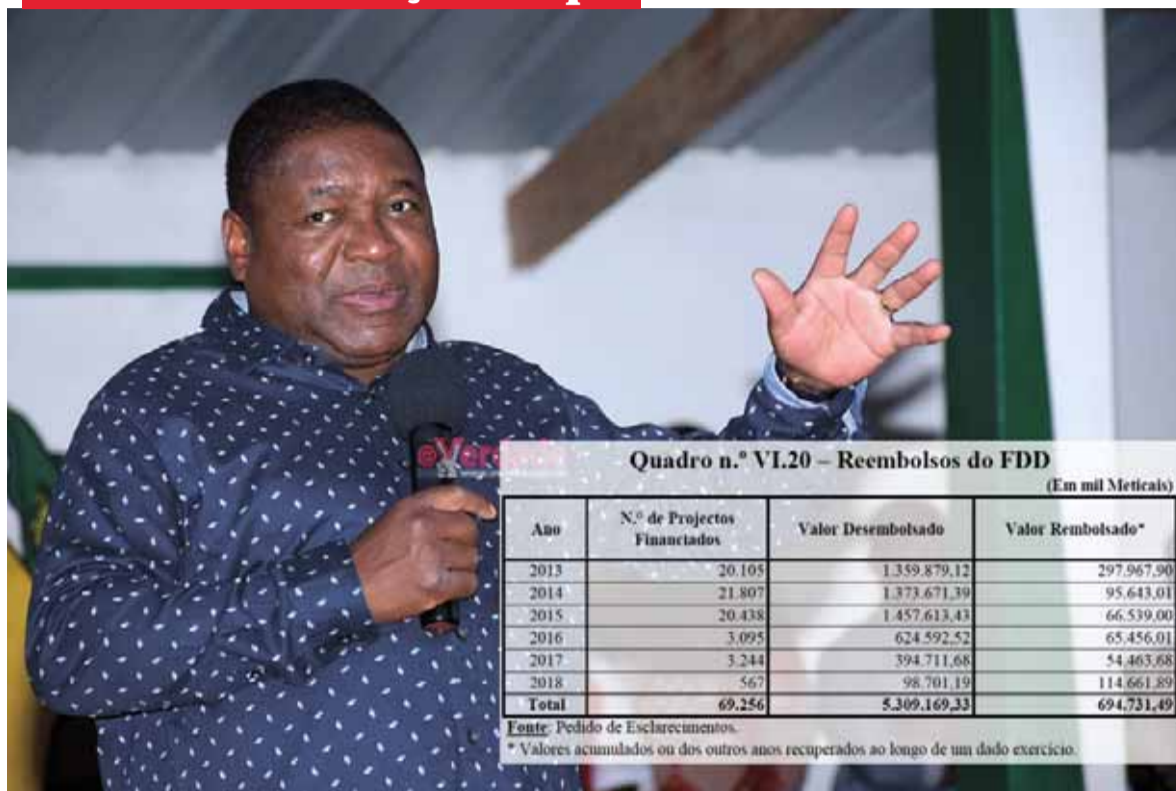
Texto: Redacção

O crime foi denunciado semana passada pela esposa do violador que surpreendeu cidadão de 41 anos de idade em pleno acto sexual com a menor de 11 anos de idade na casa de banho.

"Ele chamava-me sempre que ia a casa de banho, dizia para tirar a roupa" relatou a menor que é vizinha do violador sexual, ora detido.

De acordo com as autoridades policiais na Província da Zambézia a criança não se recorda do número de vezes que foi abusada sexualmente pelo vizinho. Exames médico confirmaram a violação e revelaram que a menor foi infectada pelo Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV).

Recuperados só 11 por cento dos 6 biliões distribuídos como Fundo de Desenvolvimento Distrital em Moçambique



Quadro n.º VI.20 – Reembolsos do FDD
(Em mil Meticals)

Ano	N.º de Projectos Financiados	Valor Desembolsado	Valor Reembolsado*
2013	20.105	1.359.879,12	297.967,90
2014	21.807	1.373.671,39	95.643,01
2015	20.438	1.457.613,43	66.539,00
2016	3.095	624.592,52	65.456,01
2017	3.244	394.711,68	54.463,68
2018	567	98.701,19	114.661,89
Total	69.256	5.309.169,33	694.731,49

Fuente: Pedido de Esclarecimentos.
* Valores acumulados ou dos outros anos recuperados ao longo de um dado exercício.

Entre 2012 e 2018 os governos do partido Frelimo distribuíram pelos distritos 6,6 biliões de meticals, no âmbito do Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD) que tem o objectivo de reduzir a pobreza. Desde então foram reembolsados pelos "camaradas" nos distritos apenas 11 por cento, no entanto Executivo de Filipe Nyusi não pretende suspender o FDD.

Texto: Adérito Caldeira

continua Pag. 04 →



ANUNCIE AQUI

todos os dias

Contacta os nossos serviços comerciais pelo e-mail
averdademz@gmail.com



O Jornal mais lido em Moçambique.

Frelimo abocanha presidência de sete das nove Comissões de Trabalho do Parlamento

Ainda a Assembleia da República (AR) não iniciou as suas sessões ordinárias e os deputados do partido Frelimo deixaram evidente que o discurso do seu presidente, sobre a "criação de consensos", não passou da intenção. Os "camaradas" abocanharam a presidência de sete das nove Comissões de Trabalho do Parlamento e quiseram impedir o MDM de estar representado nelas. O partido Renamo ficou com a liderança de apenas duas.

Texto: Adérito Caldeira

Durante o 2º dia da 1ª sessão extraordinária da XI Legislatura da AR a bancada do partido no poder ignorou as boas intenções manifestadas pelo seu presidente que no dia em que os empossou disse querer ver desconstruída a ditadura do voto. "Esta é uma percepção que deve ser desconstruída, através de um trabalho consistente visando a criação de consensos, sempre que possível, particularmente em materiais estruturantes da vida nacional" afirmou

Filipe Nyusi.

Em maioria na Comissão Permanente o partido Frelimo decidiu presidir as mais importantes Comissões de Trabalho, tirou ao partido Renamo uma das três presidências que teve na legislatura passada e ainda tentou deixar o Movimento Democrático de Moçambique (MDM) fora destes órgãos que têm a função de apreciar, emitir pareceres, discutir e votar proposições, apresentar proposições,

proceder a inquéritos, realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil, convocar agentes políticos, solicitar depoimentos e pedir por escrito informações, receber petições, reclamações ou queixa dos cidadãos contra acto ou omissão de acta de autoridade ou entidade pública, e acompanhar e exercer a fiscalização das actividades do poder executivo.

António do Rosário Bernardino Boene, advogado e membro do

famigerado G40, substitui Edson da Graça Francisco Macuá-cua, curiosamente um dos mentores deste grupo choque do partido Frelimo, na importante Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos e de Legalidade.

Osório Soto é o vice-presidente da 1ª Comissão que tem no deputado da Renamo José Mantegas o relator. Após longas horas de debate com o partido Frelimo a

continua Pag. 04 →

ALACIOS

A verdade em cada palavra.



MOVITEL e-MOLA

Envia dinheiro, Paga água e TV, Compra CREDELEC, e muito mais

DIGITA *898#

É rápido, seguro e conveniente

Publicidade

→ continuação Pag. 03 - Recuperados só 11 por cento dos 6 bilhões distribuídos como Fundo de Desenvolvimento Distrital em Moçambique

Criado em 2006 pelo então Presidente Armando Guebuza o FDD, popularmente conhecido por “7 milhões”, tornou-se num dreno de dinheiros públicos para alavancar a simpatia pelo partido Frelimo nas zonas rurais.

O @Verdade apurou que desde 2012 foram desembolsados 6.630.145.740 meticais com o compromisso dos seus beneficiários investirem e reembolsarem ao Fundo de Desenvolvimento Distrital para que outros cidadãos pudessem ser bafejados com os empréstimos que não tem nenhum tipo de taxa de juro nem exige qualquer tipo de garantia ou colateral.

Contudo o Tribunal Administrativo (TA) constatou, em 2017, que somente cerca de 10 por cento dos fundos estavam a ser reembolsados devido ao deficiente estudo de viabilidade económica, social e ambiental dos projectos submetidos para aprovação; a falta de documentos que fazem parte dos requisitos para o financiamento nos processos dos contratos celebrados; a existência de contratos as-

Ano	N.º de Projectos Financiados	Valor Desembolsado	Valor Reembolsado*
2013	20.105	1.359.879,12	297.967,90
2014	21.807	1.373.671,39	95.643,01
2015	20.438	1.457.613,43	66.539,00
2016	3.095	624.592,52	65.456,01
2017	3.244	394.711,68	54.463,68
2018	567	98.701,19	114.661,89
Total	69.256	5.309.169,33	694.731,49

Fonte: Pedido de Esclarecimentos.
* Valores acumulados ou dos outros anos recuperados ao longo de um dado exercício.

sinados sem a indicação da data de assinatura, relevante para a contagem do tempo de reembolso; não foram definidas as taxas de juros aplicadas nos empréstimos concedidos; falta de condições financeiras e materiais para o funcionamento das Comissões a nível das localidades; a solicitação dos reembolsos é feita por via de sensibilização oral; falta de acompanhamento e monitoria do processo de implementação dos projectos; não

foram apresentadas evidências de terem sido levantados mecanismos legais contra os mutuários.

Além disso o Tribunal que fiscaliza as contas do Estado apurou que as Administrações distritais têm desviado parte do Fundo de Desenvolvimento para despesas de funcionamento, para a construção de infra-estruturas públicas e até para a compra de consumíveis de escritório e ali-

mentos deixando os pobres tal como estavam antes da chegada dos “7 milhões”.

Governo de Nyusi não pretende suspender o FDD

O Governo de Filipe Nyusi, que no primeiro ano de governação injectou 1,5 bilião de meticais no FDD, tem findo a cortar a sua alocação, devido a crise financeira e económica, tendo

em 2018 disponibilizado pouco mais de 133 milhões de meticais dos quais apenas 98,7 milhões foram desembolsados para financiar 567 projectos, a alocação mais baixa de sempre.

Paralelamente os reembolsos continuam aquém das expectativas e necessidades para financiar a novos mutuários, de acordo com o Tribunal Administrativo em 2018 foram recuperados somente 114.661.890 meticais o que representou o reembolso acumulados de 721 milhões de meticais, cerca de 11 por cento de todos os fundos desembolsados em 8 anos.

O @Verdade apurou que apesar do cortes o Executivo de Filipe Nyusi não pretende suspender o FDD, acredita que pode continuar a desempenhar um papel importante no desenvolvimento rural, no entanto tem em vista actualizar os critérios de acesso aos fundos e, para os projectos de pequena escala, será delegada às instituições financeiras sediadas nos distritos, a contratação e prestação de serviços de recebimentos e pagamentos.

→ continuação Pag. 03 - Frelimo abocanha presidência de sete das nove Comissões de Trabalho do Parlamento

querer violar até o Regimento da “Casa do Povo” o deputado eleito pelo MDM no Círculo Eleitoral da Província da Zambézia, Elias Gilberto Impuiri, foi integrado na Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos e de Legalidade.

António Rosário Niquice ascendeu de Relator da Comissão das Relações Internacionais, Cooperação e Comunidades para a presidência da importante Comissão do Plano e Orçamento, onde sucede a Eneas Comiche e Esperança Bias, e tem como vice Cernilde de Mendonça e o deputado do partido Renamo José Manuel Samu Gudo como Relator.

Fernando Bismarque Ali, deputado eleito pelo MDM no Círculo Eleitoral da Província da Zambézia acabou por ser integrado e renova presença na 2ª Comissão da Assembleia da República.

Renamo fica com comissões de Petições, Queixas e Reclamações e de Ética Parlamentar

A deputada Lúcia Pedro Mafuiane foi eleita presidente da Comissão dos Assuntos Sociais, do Género e Tecnologias e Comunicação Social, Manuel Vasconcelos Estrela Manuel Maria é o vice, e Maria Angelina Dique Enoque, deputada do partido Renamo, é a Relatora da 3ª Comissão.

O deputado Francisco Ussene Mucanheia, que durante a legislatura passada chefiou a Comissão de Agricultura Economia e Ambiente, foi eleito para presidir a Comissão da Administração Pública e Poder Local. Para vice da 4ª Comissão foi eleita a deputada Maria do Céu Nhantum-



bo e o Relator é o deputado do partido Renamo António Pedro Muchanga.

Na presidência da Comissão de Agricultura Economia e Ambiente ficou o deputado Momade Arnaldo Juízo que tem como vice Manuel Remessane. O deputado do partido Renamo Alfredo Tomás Magumisse foi eleito Relator da 5ª Comissão.

A Comissão de Defesa, Segurança e Ordem Pública que foi presidida por pelo deputado do partido Renamo Jerónimo Malaguetta passou a ser chefiada pelo deputado do partido Frelimo Raimundo Maico Diomba. A deputada Deolinda Chochoma é a vice enquanto o antigo general do partido Renamo, Hermínio Morais, foi eleito o Relator.

A 7ª Comissão também deixou de ser presidida pelo partido Renamo, Catarina Mário Dimande, antiga assessora do Presidente Filipe Nyusi e nora do General Alberto Chipande, foi indicada para presidir a Comissão das Relações Internacionais, Cooperação e Comunidades tendo Luciano André de Castro como

vice e Leopoldo Alfredo Ernesto, deputado do partido Renamo, como Relator.

O deputado eleito pelo partido Renamo no Círculo Eleitoral da Província de Cabo Delgado, Álvaro António Faquirá Caul, foi eleito presidente da Comissão de Petições, Queixas e Reclamações, lugar ocupado pelo agora chefe da bancada do maior partido de oposição Viana Magalhães. Isekiel Molde Gusse é o vice e Gildo Fortunato Elias Muaga o Relator da 8ª Comissão.

O partido Renamo ficou ainda com a presidência da Comissão de Ética Parlamentar, a deputada eleita no Círculo Eleitoral da Província de Nampula Abida Abá ocupa o cargo que foi de Silvério Ronguane do MDM durante a legislatura passada.

Maria Ivone Soares Rensamo Bernardo, antiga poderosa chefe da bancada parlamentar do maior partido de oposição e sobrinha do falecido Afonso Dhikama, é a vice-presidente da 9ª Comissão que tem como Relator o deputado do partido Frelimo Vasco David Gaspar.

Divulgação

Prof. Carlos Lopes lança livro na Universidade Politécnica

O livro “Africa in transformation-Economic development in the age of doubt” (Continente africano em transformação-desenvolvimento económico em tempos de incerteza) da autoria do Prof. Carlos Lopes será lançado, nesta segunda-feira, 24 de Fevereiro, no auditório da Escola Superior de Altos Estudos e Negócios (ESAEN) da Universidade Politécnica, em Maputo, onde será realizada uma sessão de autógrafos.

Texto: www.fimde semana.co.mz

Na obra, o Prof. Carlos Lopes se vale da sua larga experiência, adquirida ao longo dos últimos anos, para reflectir sobre questões do desenvolvimento do continente africano, partilhadas em vários blogues, assim como em discursos e palestras em diversos países africanos.

O autor pretende, em traços largos, atingir três objectivos, nomeadamente reverter uma tendência emergente no debate sobre o desenvolvimento africano que, ao longo das últimas duas décadas, parece subestimar os desafios do continente, fruto de uma narrativa demasiado simplista, por vezes até eufórica, divulgar o conhecimento sobre o continente, utilizando abordagens históricas e contextuais anteriormente indisponíveis para o leitor comum e fazer sugestões práticas aos decisores políticos sobre como estabelecer prioridades nas mudanças a imple-

mentar num continente complexo, mas dinâmico.

“Africa in transformation-Economic development in the age of doubt” representa o culminar de quatro anos de trabalho na chefia do principal laboratório de ideias e braço político das Nações Unidas no continente africano, a Comissão Económica das Nações Unidas para África, com sede em Adis Abeba.

É uma tentativa de alargar o espaço político e proporcionar um pensamento alternativo a respeito do considerável leque de desafios e oportunidades, com vista à transformação socioeconómica no continente africano.

De igual modo, o Prof. Carlos Lopes apresenta no seu livro as suas ideias acerca da aceleração industrial como um dos aspectos-chave nesta transformação.

Reposto sistema informático do INSS

A direcção máxima do Ministério do Trabalho e Segurança Social comunica que o sistema informático do Instituto Nacional de Segurança Social ficou indisponível entre os dias 19 e 20 de Fevereiro de 2020, devido a um problema técnico, tendo afectado os serviços prestados, criando constrangimentos aos utentes.

Texto: www.fimde semana.co.mz

Todavia, esforços foram envidados com vista a sua reposição e neste momento o sistema está em pleno funcionamento. Pelos transtornos causados, apresentamos as nossas sinceras desculpas.

OMS avisa para “pandemia” mundial do coronavírus, Governo não sabe quantos moçambicanos estão na China, Coreia do Sul ou Itália



No dia em que o director-geral da Organização Mundial de Saúde (OMS) avisou que o mundo tem de se preparar para uma “eventual pandemia” do novo coronavírus (COVID-19), considerando “muito preocupante” o “aumento repentino” de casos em Itália, Coreia do Sul e Irão o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (MINEC) admitiu nesta segunda-feira (25) que não sabe quantos cidadãos moçambicanos estão nestes países onde a doença já matou 2.608 pessoas.

Texto: Adérito Caldeira

continua Pag. 06 →



ANUNCIE AQUI

todos os dias

Contacta os nossos serviços comerciais pelo e-mail
averdademz@gmail.com



O Jornal mais lido em Moçambique.

Nenhum banco estrangeiro empresta dinheiro a ENH mesmo com Garantia Soberana

A Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH) não conseguiu obter financiamento de nenhuma das instituições financeiras que abordou durante o ano passado para financiar a sua participação no Consórcio que vai explorar o de Gás Natural Liquefeito (GNL) existente no Campo de Golfinho Atum, mesmo tendo uma Garantia Soberana do Estado moçambicano.

Texto: Adérito Caldeira

No Orçamento de Estado de 2019 o Governo de Filipe Nyusi incluiu uma Garantia Soberana de 136,1 biliões de meticais (equivalente a 2,2 biliões de dólares norte-americanos) “para o Apoio do Sector Empresarial do Estado da Indústria Extractiva”.

A Garantia Soberana aprovada pela Assembleia da República destinava-se a avalizar o financiamento que a ENH precisa para realizar a sua participação de 15 por cento no Desenvolvimento do projecto de exploração de GNL existente na Área 1 Offshore da Bacia do Rovuma, na Província de Cabo Delgado.

O @Verdade apurou que foram

dezenas as instituições financeiras internacionais abordadas e nem mesmo a ajuda do Banco Africano de Desenvolvimento foi catalisadora de financiamento a condições de juro razoáveis, pois Moçambique continua classificado como Estado “caloteiro” e as contas da contas do braço comercial do Governo no sector de Petróleos são dúbias.

No entanto é expectável que a Garantia Soberana seja novamente integrada no Orçamento de Estado de 2020 para que com um novo Instrumento de Apoio à Política Económica do Fundo Monetário Internacional a ENH consiga enfim o financiamento que



necessita.

Recorde-se que o @Verdade revelou que enquanto não consegue este financiamento bancário a Empresa Nacional de Hidrocar-

bonetos tem viabilizado os necessários investimentos em curso que nos campos de Coral Sul, e de Golfinho Atum, na Área 1, através de endividamentos junto das petrolíferas de que é parceira.

As petrolíferas parceiras na Área 4 a ENH deve cerca de 1,1 bilião de dólares norte-americanos, sem incluir os custos dos empréstimos, e aos sócios na Área 1 a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos aproximadamente 1,4 bilião de dólares relativos as despesas incorridas pelo Consórcio desde o início das actividades de pesquisa em 2006 acrescidos dos investimentos em curso desde a Decisão Final de Investimento no ano passado.

CAPIPAZES

A verdade em cada palavra.



Envia dinheiro, Paga água e TV, Compra CREDELEC, e muito mais

DIGITA *898#

É rápido, seguro e conveniente

Publicidade

→ continuação Pag. 05 - OMS avisa para "pandemia" mundial do coronavírus, Governo não sabe quantos moçambicanos estão na China, Coreia do Sul ou Itália

Falando em conferência de imprensa em Genebra Tedros Adhanom Ghebreyesus alertou: "Devemos concentrar-nos na contenção (da epidemia), enquanto fazemos todo o possível para nos prepararmos para uma eventual pandemia".

Entretanto na Itália, onde na quinta-feira (21) existiam apenas seis infectados, uma sexta pessoa faleceu nesta segunda-feira (24) na região da Lombardia enquanto os casos de contágio ascendem a 224 pacientes.

As autoridades decretaram um cordão de controlo médico-sanitário em torno de dez cidades do Norte, a Itália é o país mais afectado na Europa pelo COVID-19 e o terceiro no mundo, depois da Coreia do Sul e da China.

O Governo da Coreia do Sul elevou no domingo (23) para vermelho o alerta para doenças contagiosas, o nível mais alto de sua escala, devido ao aumento de infecções do novo coronavírus, que já afetou 763 pessoas. A decisão surgiu depois que o número de infecções aumentou 17 vezes nos últimos cinco dias, especialmente em torno da cidade de Daegu.

O presidente sul-coreano Moon Jae-in afirmou que as autoridades de saúde estavam a adoptar medidas "especiais" em relação aos membros de uma seita religiosa denominada Shincheonji, considerada o principal foco de infecção no país. De todas as infecções relacionadas na Coreia do Sul, mais de 300 estão ligadas a esse grupo religioso.

Na China o Presidente Xi Jin-



ping reconheceu no domingo (23), diante dos principais líderes do país, que a epidemia do coronavírus é a mais grave crise de saúde desde a fundação da República Popular da China, em 1949.

"É o que está a espalhar-se mais rapidamente, com os mais infectados e tem sido o mais difícil de prevenir e controlar", disse Xi, durante uma reunião do Comité Permanente do Politburo do Partido Comunista Chinês, o mais alto órgão governamental do país, de acordo com a televisão estatal.

Xi enfatizou que a situação da epidemia permanece "séria e complexa" e que "agora é um momento crucial para impedir a sua propagação".

As mortes pela epidemia na China aumentaram para 2.595 e o cumulativo de cidadão infectados é de 77.262, repartidos por todas as províncias e territórios autónomos. A Assembleia Popular Nacional da China (o Parlamento) adiou a sua reunião anual que estava

agendada para 5 de Março.

MINEC não sabe quantos moçambicanos estão na China, Coreia do Sul ou Itália

Em Maputo, depois dos números contraditórios de cidadãos em quarentena avançados pelo novo titular, o Ministério da Saúde reiterou que existem apenas 215 pessoas em quarentena domiciliar voluntárias dentre os mais de 113 mil viajantes rastreados em todas as fronteiras desde 22 de Janeiro.

"O nosso país continua sendo considerado de baixo risco pela OMS" enfatizou a directora Nacional de Saúde Pública, Rosa Marlene, assinalando ainda que a taxa de mortalidade do COVID-19 "é baixa".

Por seu turno o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação admitiu que não sabe quantos moçambicanos estão na China. "O número que nós temos aponta para quinhentas e tal pessoas, é verdade que são dados que obtivemos através

do registo consular, que é feito na nossa Embaixada na República Popular da China, que é um processo voluntário, as pessoas quando chegam são sempre encorajadas a apresentarem-se às autoridades oficiais e ao proceder ao seu registo consular para que as autoridades possam saber onde é que estão. Mas temos consciência que há muitas outras pessoas que vão a China e que não se apresentam as autoridades consulares da nossa embaixada, o número é possível que varie", argumentou Geraldo Saranga.

Relativamente aos 38 estudantes que estavam na Província de Hubei, epicentro do coronavírus o porta-voz do MINEC revelou que ficaram apenas 24, os restantes regressaram pelos seus próprios meios a Moçambique.



De acordo com Geraldo Saranga estes 24 estudantes moçambicanos "estão sitiados, tem estado a receber aulas online. Mesmo ao nível dos nossos colegas mais directos, na

Embaixada (de Moçambique na China), sabemos que não tem ido trabalhar, estão a trabalhar a partir de casa, o que de facto revela o carácter de emergência que o país está a vivenciar".

Questionado pelo @Verdade sobre o número de moçambicanos que estão na Coreia do Sul, o segundo país onde com o maior número de doentes infectados pelo COVID-19, 763 doentes e onde já morreram sete cidadãos, o porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação declarou: "Temos um universo não superior a oito estudantes".

Sobre os moçambicanos na Itália, Geraldo Saranga reconheceu: "Podemo-nos organizar melhor e na próxima confe-

rencia podemos dar uma indicação numérica de quantos moçambicanos estão por esses países todos que estão susceptíveis ao vírus, neste momento não tenho esse dado".

Extinto Ministério da Juventude e Desportos gasta milhões em viagens e publicações

O Presidente Filipe Nyusi demorou quase um mês para definir as atribuições e competências da Secretaria de Estado da Juventude e Emprego e da Secretaria de Estado de Desportos. Estranhamente o extinto Ministério da Juventude e Desportos continua a gastar milhões em viagens e publicações.

Texto: Redacção

Mais de um mês após ter sido investido para um 2º mandato e quase 30 dias depois de ter decretado a extinção do Ministério da Juventude e Desportos o Chefe de Estado enfim definiu as atribuições e competências da Secretaria de Estado da Juventude e Emprego.

Criada pelo Decreto Presidencial n.º 2/2020, de 30 de Janeiro este Órgão Central do Aparelho do Estado "é responsável pela definição, implementação de políticas, estratégias, programas económicos e sociais adoptados pelo Estado, assegurando a direcção, coordenação, planificação e controlo da acção governamental nos domínios da Juventude e do Emprego", refere um comunicado da Presidência da República recebido nesta segunda-feira (24) pelo @Verdade.

Recorde-se que a Secretaria de Estado da Juventude e Emprego deverá funcionar sob a direcção directa de Filipe Nyusi e já tem garantidos para início de actividades 75 milhões de dólares que o Banco Mundial aprovou emprestar em condições de amortização bonificadas.

Entretanto o Presidente Nyusi ainda não definiu as atribuições e competências da Secretaria de Estado do Desporto e enquanto isso o extinto Ministério da Juventude e Desportos continua a realizar despesas cuja justificação é duvidosa como é o caso da adjudicação de passagens aéreas e terrestres no valor de 3,3 milhões de meticais ou a entrega por ajuste directo de 1,5 milhão de meticais alegadamente à Imprensa Nacional para o fornecimento de Boletins da República.

No	Modalidade	Objecto	Concorrente Vencedor	Valor
01	Concurso por cotações 54A000151/CC/20/2019	Manutenção e reparação de ar condicionado	Mepa, Lda	31.297,50MT
02	Concurso por cotações 54A000151/CC/19/2019	Prestação de serviços de limpeza e recolha de resíduos sólidos	Ebenezer Flores Lda	175.285,89MT
03	Concurso por cotações 54A000151/CC/14/2019	Prestação de serviços de desembaraço aduaneiro	Matissa Serviços, Lda	8.541,00MT
04	Concurso Público 54A000151/CP/01/2019	Emissão de passagens aéreas e transporte terrestre	ABF Viagens e Turismo, Lda	3.332.735,00MT
05	Ajuste Directo 54A000151/AD/14/2019	Prestação de serviço para pagamento da taxa de rádio difusão	Rádio Moçambique, EP	30.000,00MT
06	Ajuste Directo 54A000151/AD/17/2019	Manutenção e reparação de sistema de deteção de incêndio no edifício do MJD	ELTEC Electricidade e Tecnologia, Lda	350.000,00MT
07	Ajuste Directo 54A000151/AD/13/2019	Fornecimento de Boletins da República e publicações	Imprensa Nacional de Moçambique, EP	1.500.030,00MT

Maputo, Janeiro de 2020

ANUNCIE AQUI
todos os dias

Contacta os nossos serviços comerciais pelo e-mail
averdademz@gmail.com



O Jornal mais lido em Moçambique.

Mais seis mortos por descargas eléctricas em Moçambique eleva para 99 óbitos na época chuvosa

Mais seis cidadãos perderam a vida em consequência de descargas eléctricas em Moçambique elevando para 99 o número de óbitos directamente relacionados com a época chuvosa 2019 – 2020.

Texto: Redacção

Três cidadãos foram atingidos por descargas eléctricas no Distrito de Bárue, na Província de Manica, na semana passada.

Ainda na mesma província do Centro de Moçambique um casal e duas filhas menores foram atingidos por outra descarga atmosférica no Distrito de Sussundenga, a mãe e a crianças morreram carbonizadas.

Endividamento Público de Moçambique através de Acordos de Retrocessão ultrapassa 117 biliões de meticais



O endividamento Público de Moçambique através de Acordos de Retrocessão ultrapassou os 117 biliões de meticais em 2019, dos 15 Fundos e Empresas Estatais que os receberam apenas quatro fizeram amortizações no quinquénio passado. A Empresa de Desenvolvimento de Maputo Sul é a maior devedora, seguida pela Electricidade de Moçambique, FIPAG e pelo Fundo de Estradas. O Governo de Filipe Nyusi admitiu que estes Acordos de Retrocessão "são um risco fiscal porque têm uma alta probabilidade de não ser reembolsados".

Texto: Adérito Caldeira

continua Pag. 08 →

Diga-nos quem é o
XICONHOCA
da semana



Escreva um E-Mail para
averdademz@gmail.com

ANUNCIE AQUI

todos os dias

Contacta os nossos serviços comerciais pelo e-mail
averdademz@gmail.com



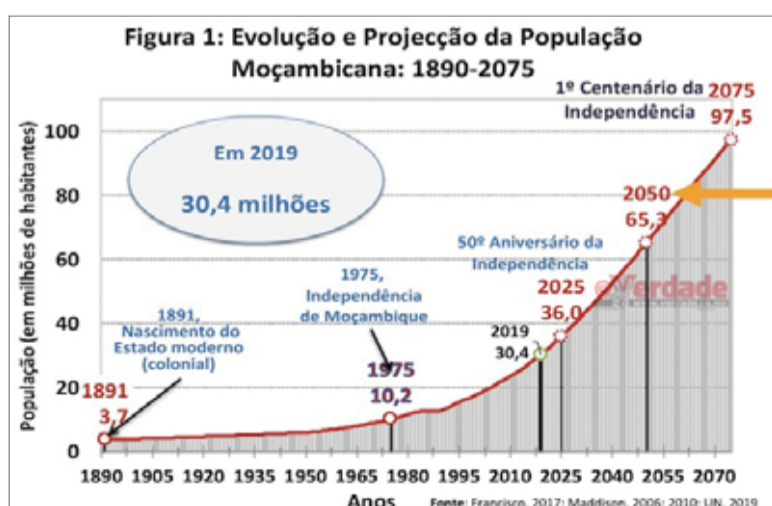
O Jornal mais lido em Moçambique.

Governo admite que em 2050 seremos 60 milhões de habitantes em Moçambique

O Governo de Filipe Nyusi admitiu nesta terça-feira (25) que em 2050 Moçambique terá cerca de 60 milhões de habitantes. Numa altura em que cada vez se fala mais em como tirar proveito do "dividendo demográfico", pois metade dos moçambicanos são jovens, o Professor António Francisco chamou atenção "não temos coragem de falar da questão da fecundidade".

"Para 2020, o ano corrente, a nossa população está projectada em 30.066.748 habitantes, as províncias de Nampula e Zambézia continuam a ser as mais populosas do país. Para 2050 a projecção indica cerca de 59.957.266 habitantes em Moçambique", revelou a jornalista o vice-ministro da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, Filimão Suazi.

Este dados quase corroboram as projecções do académico em Demografia e Professor Catedrático de Economia, António



Texto: Adérito Caldeira

Francisco, que no ano passado indicou que o nosso país já teria ultrapassado a fasquia dos 30 milhões de habitantes e previu que até 2050 os moçambicanos seriam mais de 65 milhões.

"Independentemente do seja agora a acção do Governo, da economia, etc, há uma coisa que é previsível e inevitável, dentro de 20 ou 30 anos nós vamos ter 60 milhões de pessoas, a menos que haja uma calamidade que destrua a população (...) quando Moçambique completar o primeiro cen-

continua Pag. 08 →

PRENSA

A verdade em cada palavra.



Envia dinheiro, Paga água e TV, Compra CREDELEC, e muito mais

DIGITA *898#

É rápido, seguro e conveniente

Publicidade

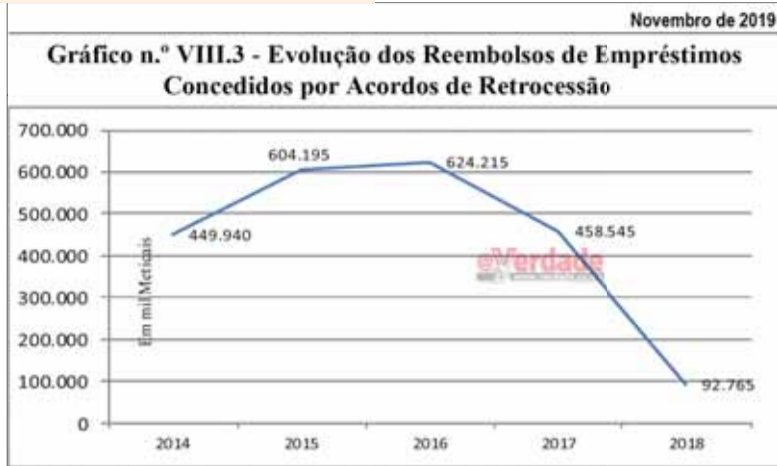
→ continuação Pag. 07 - Endividamento Público de Moçambique através de Acordos de Retrocessão ultrapassa 117 bilhões de meticais

Desde que Moçambique existe que os sucessivos orçamentos do Estado tem sido deficitários, uma das formas de financia-los, particularmente para a execução de projectos e programas sociais e de intervenções de emergência, é a obtenção de empréstimos concessionais no estrangeiro e que o governo em funções repassa às suas Empresas e Fundos para execução do interesse público, são os denominados Empréstimos com Acordos de Retrocessão.

Quando Filipe Nyusi tornou-se presidente herdou um saldo de 57 bilhões de meticais, a 31 de Dezembro de 2015, que em cinco anos quase triplicou para 119,6 bilhões no exercício económico de 2019.

Os principais destinatários destes Acordos de Retrocessão tem sido os Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM), a Electricidade de Moçambique (EDM), o Fundo de Investimento e Património de Água (FIPAG), a Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB), as Telecomunicações de Moçambique (TDM), os Aeroportos de Moçambique (ADM), o Fundo de Apoio à Reestruturação Económica (FARE), o Fundo de Fomento da Pequena Indústria (FFPI), o Fundo de Fomento à Habitação (FFH), o Fundo de Estradas, o Fundo de Apoio à Pequena Irrigação (FAPI), a Empresa de Desenvolvimento de Maputo Sul, o Porto de Pesca da Beira (PPB) e o Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE).

O @Verdade apurou no Relatório de Execução Orçamental (REO) que a 31 de Dezembro de 2019 os maiores credores eram a Empresa de Desenvolvimento de Maputo Sul com dívidas de 38 bilhões de meticais, a EDM que deve 29,5 bilhões de meticais, o FIPAG que tem a pagar 17 bilhões de meticais e pelo Fundo de Estradas que deve 12,7 bilhões de meticais.



No seu Parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2018 o Tribunal Administrativo (TA) alertou que: "No âmbito dos empréstimos por acordos de retrocessão, prevalecem entidades públicas, ao longo do quinquénio 2014-2018, que não efectuaram qualquer reembolso".

efectuaram qualquer reembolso no período 2014-2018", detalha o TA que explica que "Relativamente às TDM, ADM, FARE e ANE, o Governo, no Relatório e Parecer sobre a CGE de 2017, referiu que não têm vindo a cumprir as suas obrigações devidas, alegadamente, a diversas

Quadro n.º VIII.12 - Evolução dos Reembolsos de Empréstimos Concedidos por Acordos de Retrocessão

N.º Ordem	Designação	Anos					Total	Saldo a 31/12/2018
		2014	2015	2016	2017	2018		
1	CFM, E.P.	79.769	108.432				188.201	4.066.589
2	EDM, E.P.	125.000	25.000	12.500			162.500	27.195.364
3	FIPAG	230.433	184.000	257.027	246.956	60.756	979.172	14.052.743
4	HCB, SA	14.738	110.796	352.671	201.857	25.441	705.503	-288.234
5	TDM, SA	0	0	0	0	0	0	1.551.418
6	ADM, E.P.	0	0	0	0	0	0	5.141.275
7	FARE	0	0	0	0	0	0	1.097.255
8	FFPI	0	166.601	0	0	0	166.601	138.749
9	FFH	0	0	0	0	0	0	386.065
10	FFPI a)			2.017	2.006	3.993	8.016	154.529
11	ANE-Fundo de Estradas	0	0	0	0	0	0	12.701.890
12	FAPIGAPI	0	0	0	7.726	2.575	10.301	269.556
13	Emp. de Desenv. Maputo Sul, E.P.	0	0	0	0	0	0	39.248.726
14	PPB	0	0	0	0	0	0	4.779.940
15	IGEPE	0	0	0	0	0	0	514.074
16	Outros Reembolsos	0	9.366	0	0	0	9.366	0
Total		449.940	604.195	624.215	458.545	92.765	2.229.660	

Fonte: Anexo Informativo 5 da CGE (2014-2018).
a) Divisão reprogramada.

Governo reconhece que Acordos de Retrocessão "são um risco fiscal"

"As empresas EDM, FIPAG, HCB e FFPI são as únicas que efectuaram reembolsos regulares ao longo do quinquénio. Os CFM, desde 2015 ainda não efectuaram qualquer reembolso. As TDM, ADM, o FARE e a ANE - Fundo de Estradas não

situações específicas de cada instituição, das quais ressalta a falta de liquidez".

O Tribunal que fiscaliza as Contas do Estado recomendou "A criação de mecanismos para a rentabilização das empresas e organismos públicos, de modo a permitir o reembolso dos empréstimos contraídos por acordos de retrocessão".

	MOVIMENTO DOS CRÉDITOS DO ESTADO, DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019			
	Saldo em 31/12/2018	Desembolsos em 31/12/2019	Reembolsos em 2019	Saldo em 31/12/2019
CRÉDITOS DO TESOURO	2.046.208	0	3.767	2.042.441
ATROMAP	52.820	0	0	52.820
Águas Vumba	9.486	0	0	9.486
CEGRAF a)	10.689	0	0	10.689
Chá Montes Matate	45.522	0	0	45.522
Chá Namae (Org. Namarró)	6.000	0	0	6.000
Colégio Alvor	21.684	0	0	21.684
Colégio Kugombwé	10.644	0	0	10.644
Comunidade Mahometana	183.023	0	2.520	180.503
FASOL	36.708	0	0	36.708
KANES	2.558	0	0	2.558
LOMACO	680	0	0	680
LUSALITE	3.769	0	0	3.769
MABOR	5.864	0	0	5.864
Mecula	42.294	0	0	42.294
Metalec	8.300	0	0	8.300
MOPAC	72.452	0	0	72.452
MOZCOCOS	21.906	0	0	21.906
MOZOCOR	7.807	0	0	7.807
Nhama Comercial, Lda a)	3.496	0	0	3.496
Paviloco	473	0	0	473
SOMOPEGAMBA	478	0	0	478
SOTUR	34.248	0	0	34.248
SPAR	31.320	0	0	31.320
TECAP	1.926	0	0	1.926
Técnica Industrial a)	15.232	0	0	15.232
Trans-Austral	38.360	0	0	38.360
TSL	67.255	0	0	67.255
UGC	1.167.430	0	0	1.167.430
JFS-SAN a)	1.804	0	0	1.804
Banco Terra	0	0	0	0
Refinanciamentos PREMDA	0	0	0	0
Ajuda Alimentar	161.980	0	1.247	160.733
Compensação de Seguros	0	0	0	0
ACORDOS DE RETROCESSÃO	112.290.883	5.360.483	46.527	117.604.819
CFM b)	4.163.866	0	0	4.163.866
EDM	27.195.364	2.319.424	0	29.514.788
FIPAG	14.052.743	3.041.039	0	17.093.782
HCB	391.967	0	37.937	354.030
TDM c)	2.056.900	0	0	2.056.900
ADM	5.141.275	0	0	5.141.275
FARE	1.097.255	0	0	1.097.255
FFPI	138.749	0	0	138.749
FFH	386.065	0	0	386.065
FFP a)	152.513	0	864	151.649
ANE - F. Estradas	12.701.890	0	0	12.701.890
FAPIGAPI	269.556	0	7.726	261.830
Maputo Sul	38.248.726	0	0	38.248.726
IGEPE	514.074	0	0	514.074
PPB	4.779.940	0	0	4.779.940
Outros Reembolsos	0	0	0	0
Diversos	0	0	0	0
TOTAL	114.337.092	5.360.483	50.294	119.647.261

O @Verdade apurou que o próprio Executivo de Nyusi admitiu que estes Acordos de Retrocessão "são um risco fiscal porque têm uma alta probabilidade de não ser reembolsados dado que estão a beneficiar empresas com restrições de liquidez".

"Estes representam um passivo directo que tem como contrapartida um activo contingente no balanço do governo com alta probabilidade de não se

materializar. Em 2017, 3,1 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) em novos acordos de retrocessão foram desembolsados, mas só foram reembolsados 0,06 por cento do PIB. De acordo com a CGE o valor total da carteira foi de 11 por cento do PIB, a qual está concentrada em duas empresas, Maputo Sul (4 por cento do PIB) e EDM (3 por cento do PIB)", indica o Relatório de Riscos Fiscais de 2019, produzido pelo Ministério da Economia e Finanças.

→ continuação Pag. 07 - Governo admite que em 2050 seremos 60 milhões de habitantes em Moçambique

tenário da sua independência, em 2075, vai ter cerca de 100 milhões de pessoas", afirmou António Francisco durante uma conferência em Maputo.

Na Conferência sobre "Pobreza, Desigualdades e Modelos de Desenvolvimento", organizada pelo Observatório do Meio Rural, o académico moçambicano assinalou que existe um grande consenso sobre a necessidade de redução da mortalidade, particularmente de crianças e das mães, mas nem todos concordam com a necessidade de reduzir o número de filhos. "Nós estamos a falar do dividendo demográfico, e agora tornou-se uma bandeira, mas o que eu vejo aí é uma subtil forma de negar a demografia, queremos dizer as pessoas tu podes ganhar o jackpot sem jogar, como não temos coragem de falar da questão da fecundidade".

Na ocasião o Professor Francisco



alertou que os bilhões de dólares ansiados em receitas para o Estado, da exploração do gás natural existente na Bacia do Rovuma, não chegarão para compensar o crescimento da população moçambicana: "a necessidade de

expansão de capital e infra-estruturas para cobrir o crescimento populacional de 3 por cento o Produto Interno Bruto deveria estar nos 14 por cento", não nos 7 a 8 por cento projectados para a próxima década em Moçambique.

ANUNCIE AQUI
todos os dias

Contacta os nossos serviços comerciais pelo e-mail
averdademz@gmail.com



O Jornal mais lido em Moçambique.

Três supostos ladrões linchados em Tete

Três cidadãos acusados de serem assaltantes de residências foram linchados por populares nesta segunda-feira (24) na cidade capital da Província de Tete.

Texto: Redacção

Um dos suspeitos foi linchado durante o dia no bairro Mateus Sansão Mutemba após ter sido surpreendido com vários metros de cabos eléctricos que, alegadamente, acabava de sabotar nas diferentes linhas de transportes de corrente eléctrica, com o propósito de se aproveitar da escuridão, durante a noite, para facilitar o roubo as residências. Os restantes foram linchados no bairro Chingodzi, na Cidade de Tete.

Os corpos carbonizados, com recurso a pneus de viaturas, foram descobertos na manhã de terça-feira (25) numa machamba nas proximidades do rio Revubue.

“Super” Ministério de Celso Correia para produzir comida, promover agro-industrialização e construir bancos em Moçambique



No novo “super” Ministério do Governo de Filipe Nyusi que tem a missão impossível de acabar com a fome em Moçambique, Celso Correia passou a ter competências não só para produção de comida mas também para promover a agro-industrialização de produtos agrícolas e pecuários e ainda continuar a construir bancos nos distritos.

Texto: Adérito Caldeira [continua Pag. 10](#)



ANUNCIE AQUI

todos os dias

Contacta os nossos serviços comerciais pelo e-mail
averdademz@gmail.com



O Jornal mais lido em Moçambique.

África do Sul suspende venda de sardinha enlatada também consumida em Moçambique

O Regulador sul-africano de Especificações Obrigatórias na indústria e comércio ordenou nesta segunda-feira (24) a suspensão da venda de sardinhas enlatadas em molho de tomate e molho de piri-piri e a sua retirada das prateleiras de todas as lojas para salvaguardar “segurança dos consumidores”. Estes produtos são vendidos em Moçambique nos principais supermercados, nas pequenas lojas e no mercado informal.

Em comunicado de imprensa a instituição que vela pela saúde e segurança da alimentação na África do Sul ordenou a “remoção e interrupção da venda de latas de sardinha de 400 gramas com molho de tomate e molho de piri-piri com efeitos imediatos. Esta decisão decorreu de uma investigação que a instituição realizou e

revelou deficiências no processo de colocação nas latas. Muitas latas ficaram comprometidas durante o processo de enchimento e podem afectar a segurança dos consumidores”.

A autoridade sul-africana precisou que as deficiências foram encontradas em produtos enlatados durante o ano de 2019 pela empresa West Point Processors, baseada na Cidade do Cabo, e que produz as seguintes marcas: Deep catch, Mamma's, OK housebrand, Prime ocean, Spar, Sunny, Shoprite Rittebrand, Cape Point, Checkers



housebrand, U brand, Saldanha e West Point.

No seguimento desta decisão as autoridades da Educação anunciaram nesta quarta-feira (26) a remoção de sardinhas enlatadas do programa de lanches escolares.

O @Verdade apurou que em Moçambique algumas destas marcas

de sardinha enlatada são vendidas na rede de supermercados Shoprite e Premier Mica onde ainda nesta quarta-feira (26) estavam a ser comercializadas.



Este tipo de sardinhas enlatadas, vendidas a um custo muito acessível é consumido pela maioria dos moçambicanos de baixa renda e está disponível em todos os mercados informais e mercearias.



A verdade em cada palavra.



Envia dinheiro, Paga água e TV, Compra CREDELEC, e muito mais

DIGITA *898#

É rápido, seguro e conveniente

→ continuação Pag. 09 - "Super" Ministério de Celso Correia para produzir comida, promover agro-industrialização e construir bancos em Moçambique

Estão em vigor desde o passado dia 12 de Fevereiro as novas atribuições e competências do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural criado pelo Presidente Nyusi com a missão de "fome zero, carne nacional, rendas para os camponeses".

Na área de Agricultura, à competência que já tinha, o Ministério de Celso Correia promove também "as cadeias de valor agrárias e o estímulo a agricultura comercial". "Promover a agro-industrialização de produtos agrícolas; Promover a competitividade de produtos agrícolas; Promover e garantir a capacitação dos produtores; Promover a mecanização agrícola junto dos produtores", são outras das competências apuradas pelo @Verdade.

No sector da Pecuária o Ministério passou a ter competências para "Promover as cadeias de valor pecuárias e o estímulo a pecuária comercial; Promover a agro-industrialização de produtos pecuários e derivados; Promover a competitividade de produtos pecuários e derivados".

- vii) Promover e garantir a assistência técnica aos agricultores familiares/pequenos produtores através dos serviços de extensão agrícola, para o aumento da produção e produtividade;
 - viii) Promover as cadeias de valor agrárias e o estímulo à agricultura comercial;
 - ix) Promover agro-industrialização de produtos agrícolas;
 - x) Promover a competitividade de produtos agrícolas;
 - xi) Promover e garantir a capacitação dos produtores;
 - xii) Promover a criação e desenvolvimento de infra-estruturas e serviços de apoio às actividades agrícolas;
 - xiii) Promover a mecanização agrícola junto dos produtores;
 - xiv) Produzir e sistematizar informação e estatísticas sobre a agricultura no país.
- b) Na Área da Pecuária:**
- i) Propor a aprovação de legislação, políticas e estratégias de desenvolvimento pecuário;
 - ii) Implementar políticas, estratégias, planos, programas e projectos do sub-sector;
 - iii) Estabelecer normas para licenciamento, fiscalização e monitoria das actividades do sub-sector;
 - iv) Estabelecer normas para a implementação de projectos e programas de fomento das actividades pecuárias;
 - v) Garantir a defesa sanitária animal, incluindo animais aquáticos, controlo zoonosário e saúde pública;
 - vi) Promover programas de investigação pecuária e veterinária, e disseminar os resultados;
 - vii) Promover e garantir a assistência técnica aos produtores/criadores através dos serviços de extensão agrícola, para o aumento da produção e produtividade;
 - viii) Promover e garantir a capacitação dos produtores/criadores;
 - ix) Promover a criação e desenvolvimento de infra-estruturas e serviços de apoio às actividades pecuárias;
 - x) Promover as cadeias de valor pecuárias e o estímulo à produção pecuária comercial;
 - xi) Promover agro-industrialização de produtos pecuários e derivados;
 - xii) Promover a competitividade de produtos pecuários e derivados;
 - xiii) Produzir e sistematizar informação e estatísticas sobre a pecuária no país.
- c) Na Área da Hidráulica Agrícola:**
- i) Propor a aprovação de legislação, políticas e estratégias de desenvolvimento hidro-agrícola;
 - ii) Definir, elaborar e promover programas e projectos para o desenvolvimento de infra-estruturas hidro-agrícolas;
- iii) Promover a gestão e o uso sustentável da água para o aumento da produção e da produtividade agrícola;
 - iv) Elaborar e implementar normas e procedimentos sobre o acesso e uso sustentável de infra-estruturas hidro-agrícolas;
 - v) Monitorar e Fiscalizar a actividade de desenvolvimento hidro-agrícola no País.
- d) Na Área de Plantações Agro-florestais:**
- i) Propor a aprovação de legislação, políticas e estratégias de promoção e desenvolvimento de plantações agro-florestais;
 - ii) Implementar políticas, estratégias, planos, programas e projectos do sub-sector;
 - iii) Estabelecer normas para a implementação de projectos e programas de fomento de plantações agro-florestais;
 - iv) Assegurar o desenvolvimento de plantações agro-florestais para fins de conservação, energéticos, comerciais e industriais;
 - v) Promover programas de investigação florestal e disseminar os resultados;
 - vi) Promover o processamento interno dos recursos provenientes das plantações agro-florestais.
- e) Na Área da Segurança Alimentar:**
- i) Propor a aprovação de legislação, políticas e estratégias de segurança alimentar;
 - ii) Promover boas práticas de preparação e uso de alimentos para garantia da segurança alimentar e nutricional;
 - iii) Produzir, sistematizar e divulgar informação sobre a segurança alimentar no país;
 - iv) Promover programas de educação pública e informação sobre acesso, conservação e processamento de alimentos;
 - v) Garantir a segurança alimentar através da educação nutricional das comunidades priorizando os alimentos mais nutritivos;
 - vi) Assegurar a promoção e coordenação intersectorial na formulação, monitoria, avaliação e implementação do quadro de políticas e estratégias para garantir a segurança alimentar e nutricional da população.
- f) Na Área de Desenvolvimento Rural:**
- i) Propor a aprovação de legislação, políticas e estratégias de desenvolvimento rural integrado e sustentável;
 - ii) Garantir a coordenação intersectorial e uso sustentável dos recursos disponíveis;
 - iii) Assegurar a planificação integrada e definir prioridades para a implantação de infra-estruturas económicas e sociais para o desenvolvimento rural;
 - iv) Diligenciar metodologias e implementar acções de participação comunitária de planeamento territorial rural produtivo para a promoção do Desenvolvimento Económico local;
 - v) Potenciar as comunidades e outros actores locais para contribuírem na exploração sustentável dos recursos naturais e na dinamização da economia rural;

O Pelouro passou a ter com-

petência para "Monitorar e Fiscalizar a actividade de desenvolvimento hidro-agrícola no País" e, embora tenha

deixado de ter a Segurança Alimentar na denominação, continua a ter dirigir as políticas e programas de segurança alimentar.

Apenas duas tarefas para Celso Correia nos Primeiros 100 dias de governação

Ademais Celso Correia levou do seu antigo Ministério o Desenvolvimento Rural para dentro da Agricultura onde, dentre várias competências, se destacam "Desenvolver acções para a expansão dos serviços financeiros para as zonas rurais; Promover e gerir a implantação de centralidades de desenvolvimento socio-económico nas zonas rurais; Implementar acções estratégicas de comunicação rural, gestão de conhecimento e divulgação de boas práticas no âmbito de desenvolvimento rural".

Por outro lado, enquanto o Governo procura restabelecer as fontes de financiamento externa, Correia já iniciou o uso do dinheiro do Banco Mundial que foi alocado no âmbito do Projecto Sustenta e para a construção de bancos nos distritos,

programas que estavam no antigo Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural.

O @Verdade apurou que durante estes Primeiros 100 dias de governação Celso Correio ganhou alguma folga para arrumar o novo Ministério e preparar o combate à fome por isso tem apenas duas actividades: aprovisionar insumos agrários nas províncias afectadas pelos ciclones Idai e Kenneth e ainda realizar vacinações de animais contra doenças.

A meta até Abril para o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADERU) é garantir 149,2 toneladas de milho, 77,7 toneladas de feijão, 240 mil enxadas e 120 mil catanas para 150 mil famílias nas províncias de Manica, Sofala, Tete, Zambézia e Cabo Delgado.

No que a prevenção de doenças animais Dermatose Nodular, Febre do Vale do Rift, Newcastle e Raiva o MADERU tem de vacinar 870 mil bovinos, 2 milhões de pequenos ruminantes, 20 mil cães e 6 milhões de galinhas em todo o país.

Montepuez Ruby Mining paga ao Estado só 15 por cento dos milhões que ganha com os rubis de Namanhumbir

A Montepuez Ruby Mining, empresa que explora jazigos de rubis em Namanhumbir, na Província de Cabo Delgado, obteve em 2018 as maiores receitas de todo o grupo britânico Gemfields, 127 milhões de dólares norte-americanos e lucros de 48,2 milhões. O @Verdade apurou que em impostos e outras taxas o Estado recebeu apenas 15 por cento desse valor... em Moçambique só de IRPC deveria ter pago 32 por cento!

Texto: Adérito Caldeira

Explorando um dos maiores jazigos de rubis do mundo o grupo Gemfields reporta no seu relatório financeiro de 2018 ter facturado 127 milhões de dólares com a sua subsidiária Montepuez Ruby Mining. A concessão de 349 quilómetros quadrados em Namanhumbir, no Distrito de Montepuez, na Província de Cabo Delgado, deu lucros de 48,2 milhões de dólares norte-americanos, os maiores do grupo britânico que tem subsidiárias na Zâmbia, África do Sul e no Reino Unido.

Parceira do general da Luta Armada Raimundo Pachinuapa, através da empresa Mwiriti Limitada que detém 25 por cento da Montepuez Ruby Mining, a empresa gerou em receitas para o Estado moçambicano somente 493.308.870,00 meticais (cerca de 7,5 milhões de dólares ao câmbio actual), apurou o @Verdade no Relatório do Tribunal Administrativo sobre a Conta Geral do Estado de 2018.

O @Verdade perguntou a empresa se apenas foi este valor que pagou ao Estado moçambicano no exercício de 2018, a Montepuez Ruby Mining não respondeu.

A Autoridade Tributária também não revela publicamente quando geram cada umas das empresas que operam na indústria extractiva no nosso país mas fica evidente que, tal como as restantes multinacionais do sector, a Montepuez Ruby Mining tem isenção do Imposto sobre Rendimento das Pessoas Colectivas (IRPC) e do Imposto sobre o Valor Acrescentado.

Entretanto, com a admissão do grupo Gemfields à Bolsa de Valores de Londres, no passado dia 14, a empresa aparentemente deixou de usar proactivamente os seus seguros e as Forças de Defesa e Segurança contra os garimpeiros ilegais que procuram pedras preciosas nas suas concessões e começou a pedir formalmente ajuda às autoridades.

Distrito	Empresa	Receita Cobrada (a)	Valor apurado (b)	Valor Canalizado (c)	Diferença (d)-(b+c)
Montepuez	Montepuez Ruby Mining	493.308.870,00	13.565.993,93	27.509.200,00	1.056.652,93
	Subtotal 1	493.308.870,00	13.565.993,93	27.509.200,00	1.056.652,93
TOTAL		1.530.231.156,46	42.881.356,82	24.649.880,00	17.411.476,82

Calculo (b)-(c)=2,75%

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO
RELATORIO SOBRE A CONTA GERAL DO ESTADO DE 2018

"Pedimos o apoio do Governo para a resolução deste problema, que tem causado enormes prejuízos à companhia", disse em comunicado distribuído à imprensa nesta terça-feira (25) o diretor-geral da Montepuez Ruby Mining, Harald Halbach.

A solicitação foi feita na sequência de uma alegada incursão de centenas de garimpeiros ilegais a uma das suas concessões em Namanhumbir, no passado sábado (22), e que terá culminado com o ferimento de três funcionários da empresa. Estranhamente a Polícia da República de Moçambique, que admitiu ter estado no local "para repor a ordem", não prendeu ninguém.

No passado recente forças policiais e paramilitares foram usadas pela Montepuez Ruby Mining para travar o garimpo ilegal nas suas concessões tendo vários cidadãos sido brutalizados, outros assassinados e alguns enterrados vivos.

Aliás estas violações de direitos humanos foram reconhecidas pelo grupo britânico Gemfields que em Janeiro de 2019 aceitou pagar, num acordo extrajudicial, 8,3 milhões de dólares para pôr termo a 273 queixas de mortes e espancamentos junto à mina, executadas por seguranças privados e polícias entre 2011 e 2018.

Desporto

Pugilistas Alcinda Panguana e Rady Gramane apuram-se para Jogos Olímpicos

As pugilistas moçambicanas Alcinda Panguana e Rady Gramane apuraram-se nesta quarta-feira (26) para Jogos Olímpicos de Tóquio ao vencerem os combates das semi-finais nas suas categorias na prova que decorre em Dakar, no Senegal.

Texto: Redacção



Alcinda Panguana, na categoria de 64-69 quilos, derrotou a ugandesa Emily Tinah Nakalema por 5-0. Na véspera a pugilista moçambicana havia se estreado com outra vitória pelo mesmo resultado diante da costa marfinesse Sedja Sanogo.

Na final, agendada para sexta-feira (28), Alcinda Panguana enfrenta a marroquina Ahbib Oumayma Bel.

Também com presença garantida na Olimpíada de Tóquio está Rady Gramane que na categoria dos 69-75 quilos teve um percurso bem mais difícil. Começou por vencer tangencialmente, 3-2, a queniana Elizabeth Adhiambo Andiego, e nesta quarta-feira (26) não deu chances a ganesa Ornella Sathoud derrotando-a por 5-0.

Na final Rady Gramane vai enfrentar a marroquina Khadija Mardi, que esteve nos Jogos Olímpicos de 2016 e venceu os Jogos Africanos de 2019.

Com estas duas pugilistas qualificadas Moçambique passa a ter cinco atletas qualificadas directamente para os Jogos Olímpicos, as outras são as velejadoras Denise Parrique, Maria Machava e Deise Nhaquile.

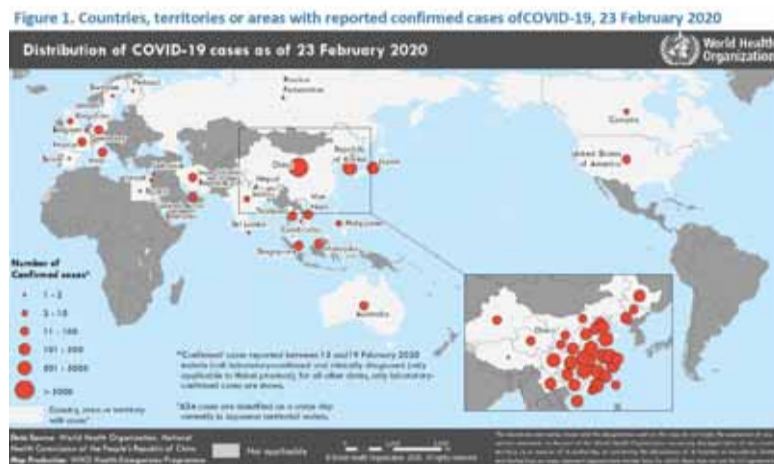
Mortos pelo coronavírus chegam aos 2.445, Moçambique não tem nenhum caso suspeito mas 215 cidadãos estão em quarentena

Já são 2.445 as vítimas mortais pelo coronavírus (COVID-19), 17 delas fora da China, desde que o surto foi declarado há 56 dias. Existe apenas um doente em África, porém a Organização Mundial de Saúde (OMS) alertou no sábado (22) que os sistemas de saúde do continente africano estão mal preparados para enfrentar a epidemia caso a doença entre nos seus países. Em Moçambique as autoridades rastream mais 113 mil viajantes desde 22 de Janeiro, independentemente da sua nacionalidade, entre os quais 215 estavam em quarentena.

É a maior Emergência de Saúde Pública de Interesse Internacional da actualidade, que até este domingo (23) haviam sido diagnosticados no mundo 78.811 casos entre os quais 77.042 na China com um total de 2.445 mortos. Outros 17 óbitos aconteceram nos 28 países e territórios fora da China continental para onde a doença já se espalhou.

O registo no Irão de 18 doentes, com cinco mortes em dois dias, aumentou a preocupação da OMS cujo diretor-geral, Tedros Adhanom Ghebreyesus, chamou atenção, na sexta-feira (21), "Estes são realmente muito preocupantes. Vamos considerá-los tendências. Então, o que eu acredito que é a janela de oportunidade ainda existe. Mas a janela de oportunidade está a estreitar".

No sábado (22), participando de uma reunião de emergência sobre o COVID-19 na Etiópia, Adhanom Ghebreyesus pediu



que os países africanos "façam uma frente comum para ser mais combativos" na luta contra o novo coronavírus.

"A nossa principal preocupação continua a ser a possível propagação do COVID-19 nos países cujos sistemas de saúde são mais precários", disse o diretor-geral Organização Mundial de Saúde alertando que caso o coronavírus se alastre, os sistemas

de saúde terão que atender uma série de pacientes com sintomas como insuficiências respiratórias.

Até ao momento foram detectados 200 casos suspeitos em África, sendo que quase todos tiveram testes com resultados negativos para a doença, contudo na semana passada foi confirmado o primeiro caso doente no continente africano, no Egito.

Pelas suas ligações aéreas directas com o país asiático a OMS declarou em Janeiro como países de risco alto para o surto de coronavírus a África do Sul, Maurícias, Etiópia, Quênia, Uganda, Gana, Nigéria, Zâmbia, Tanzânia, Argélia, Angola, Costa do Marfim e República Democrática do Congo.

Várias companhias aéreas africanas, como a Kenya Airways, suspenderam os voos que tinham a China como destino. No entanto, a Ethiopian Airlines, a maior empresa do sector no continente, manteve as suas conexões.

Desde o passado dia 22 de Janeiro que as autoridades de saúde em Moçambique iniciaram o rastreio de todos os viajantes proveniente da China, independentemente da sua nacionalidade. "Até ao dia 19 de Fevereiro foram rastreados um total cumulativo de 113.674 passageiros, dos quais 483 eram prove-

nientes da China, independentemente da sua nacionalidade, foram aconselhados a permanecer em quarentena domiciliar voluntária para seguimento diário, por profissionais de saúde", indicou o Ministério da Saúde.

Na semana passada existiam 215 viajantes em quarentena domiciliar voluntária em seguimento no nosso país, 152 na Cidade Maputo, 41 na Província de Cabo Delgado, nove na Província de Sofala, seis na Província de Nampula, quatro na Província de Maputo e três na Província da Zambézia.

O Instituto Nacional de Saúde revelou ter sido dotado de capacidade para testagem de até 500 amostras nos Laboratórios de Virologia e de Biologia e que foram treinados para colheita, armazenamento e transporte de amostras 35 técnicos de laboratório e clínicos nas províncias de Tete, Cabo Delgado, Nampula e Sofala.

Texto: Adérito Caldeira

Moçambique Telecom estreita parceria com Câmara de Comércio de Moçambique

A empresa Moçambique Telecom (Tmcel) e a Câmara de Comércio de Moçambique (CCM) celebraram, quinta-feira, 20 de Fevereiro, em Maputo, um memorando de entendimento, com vista a estabelecer um quadro de colaboração mutuamente vantajosa nas áreas de interesse comum e prestação de serviços.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

A luz do acordo, ambas as instituições pretendem explorar melhor os pontos de convergência na sua actuação estratégica, traduzindo-se num vínculo de complementaridade, visando servir melhor o público, particularmente os membros da câmara.

Na ocasião, o presidente do Conselho de Administração da Tmcel, Mahomed Rafique Jusob, referiu-se ao facto de esta parceria ter sido estabelecida na melhor altura, pois, em breve a única operadora de telefonia fixa e móvel do País vai realizar uma revolução tecnológica.

"Para a Tmcel, o acordo representa o reinício da construção de pontes e ligações especiais com os empresários em Moçambique, através da Câmara de Comércio de Moçambique", disse.

A Tmcel, conforme enfatizou, tem o maior prazer em criar um relacionamento privilegiado com uma organização que faz parte da economia nacional, uma vez que a operadora está a implementar mudanças, para transferir a tecnologia 2G e 3G, para a tecnologia mais recente como 5G, pelo que não podia ir sozinha sem envolver a massa empresarial da CCM.

"A CCM tem um programa de relacionamento mundial e nós vamos acompanhar e fazer parte integrante desse crescimento como par-



ceiros e como provedores de serviços", frisou.

Por sua vez, o presidente da CCM, Julião Dimande, enalteceu o facto de a Tmcel ter encontrado, nesta associação empresarial, um parceiro que de mãos dadas pode oferecer aos seus membros múltiplos serviços de qualidade incontestável fornecidos pela operadora.

"Aguardamos de ora em diante e com muita expectativa o impacto dos resultados da parceria hoje estabelecida para a melhoria do nosso desempenho que se vai materializar através da promoção, elaboração de programas, projectos específicos conjuntos e iniciativas sustentáveis", afirmou.

Ao assinar o acordo, segundo realçou Julião Dimande, a CCM assumiu que vai galvanizar a colaboração institucional ao proporcionar mais vantagens e valias, no apoio ao empresariado, que se dedica à procura de mais oportunidades de negócio, para o crescimento das suas actividades.

Criada Associação das Fintechs de Moçambique

Foi lançada na quinta-feira, 20 de Fevereiro, a Associação das Fintechs de Moçambique (Fintech.MZ), uma agremiação que pretende ser um interlocutor válido na sociedade, no que diz respeito à inovação tecnológica dos serviços financeiros e de seguros.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

A criação da Fintech.MZ, que conta com o apoio do Banco de Moçambique, da FSD Moçambique e do Standard Bank, visa aglutinar num único movimento todas as empresas e startups que se dedicam à inovação tecnológica, criando soluções de pagamento para a banca e seguros.

Conforme explicou o respectivo presidente, João Gaspar, a associação surge para cobrir um vazio pois não havia, no mercado, uma agremiação que estivesse focada especificamente no sector da inovação tecnológica dos serviços financeiros. É nesse âmbito que foi criada a Fintech.MZ, que é, na verdade, uma organização que está para defender os seus membros e representá-los no mercado (bancos, operadoras móveis e seguradoras) e perante o regulador (Banco de Moçambique).

O presidente da Fintech.MZ aproveitou a ocasião para falar dos actuais desafios do sector, que estão ligados à falta de sustentabilidade financeira, de infraestruturas de transporte e de telecomunicações, bem como à burocracia que se verifica na criação das fintechs. "A falta deste infraestruc-

turas, por exemplo, faz com que muitas empresas estejam focadas nas zonas urbanas".

Para o Standard Bank, uma instituição que tem dado um enorme contributo ao fomento deste segmento de empresas, através da sua Incubadora de Negócios, inaugurada em Agosto de 2017, as fintechs desempenham um papel de extrema importância na inclusão financeira da população, principalmente nas zonas



mais recônditas do País, daí a necessidade de merecerem maior atenção por parte de todos os intervenientes da sociedade.

Aliás, o Standard Bank tem-se posicionado no mercado como o banco que mais aposta na digitalização dos seus serviços, tendo, inclusive, lançado, recentemente,

te, um serviço de crédito instantâneo, o QuiQMola.

"O Standard Bank apoia todas as iniciativas que estão a contribuir para o crescimento e transformação do mercado financeiro, que resultam na criação de produtos e serviços inovadores. Somos um grande beneficiário das inovações que este sector está a registar", sublinhou Cláudio Banze.

Por seu turno, Esselina Macome, directora executiva da FSD Moçambique, uma das organizações que têm recorrido às fintechs para promover a inclusão financeira da população, olha para o surgimento desta associação como um grande marco que vai contribuir para a criação de um ecossistema favorável à inovação tecnológica no País, particularmente no sector bancário e de seguros.

"As fintechs são parte do processo de inclusão financeira, por isso a FSD Moçambique tem promovido exposições e capacitações em serviços digitais. Levamos, igualmente, as nossas fintechs a eventos fora do País. Com orgulho, ganham, nas duas últimas participações, prémios em congressos internacionais das comunicações", revelou Esselina Macome.

Divulgação

Moçambique quer tornar mapiko Património Cultural Imaterial da Humanidade

Moçambique, juntamente com a Tanzânia, deverá em breve submeter a candidatura do mapiko à Património Cultural Imaterial da Humanidade como forma de salvaguardar esta dança e música dos povos Makondes que é cada vez menos praticada pelos jovens na Província de Cabo Delgado.

Texto: Adérito Caldeira

O desejo não é novo contudo um dos passos iniciais só agora foi dado com a sistematização em livro e CD das origens, história, evolução desta manifestação cultural que incontornável no ciclo vital do povo Makonde e que foram lançados em Maputo na passada sexta-feira (22) pela Ministra da Cultura e Turismo, Eldevina Materula.

Embora seja um trabalho que herda do seu antecessor a nova titular da Cultura e Turismo destacou a importância do trabalho que além de poder salvaguardar a dança mapiko visa, “a curto e médio prazos, assegurar que cada cidadão do Mundo, em qualquer lugar em que se encontre, possa também desfrutar e se deleitar desta preciosidade cultural”.

“Por isso estamos empenhados em que possamos, conjuntamente com os nossos irmãos da Tanzânia, inscrever esta manifestação cultural na Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade, como recomenda a Convenção

da UNESCO, de 2003, sobre a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial. Entendemos que desta forma, estará assegurada a perenidade e sustentabilidade desta dança, para o usufruto das actuais e futuras gerações”, disse Eldevina Materula.

Paradoxalmente o financiador desta pretensão de Moçambique é um país que em 2019 deixou de ser membro da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

A obra revela que inicialmente “a dança mapiko era praticada nos ritos de iniciação, likumbi, aspecto que corporiza a sua génese sócio-cultural. O surgimento da expressão mapiko para designar esta dança, parece estar também associada a outro acontecimento, xinantuala, que significa roubo de mulheres”.

Com o tempo esta expressão cultural, cuja a denominação identifica a máscara, o dançarino mascarado e a música, passou a ser



exibida aquando a celebração do primeiro ano após o desaparecimento físico de uma figura emblemática na comunidade.

O estudo refere que devido ao “processo sócio-histórico caracterizado pela conjugação de influências exógenas e endógenas contribuiu para a emergência de mudanças e rupturas na comunidade Makonde do Planalto de Mueda. Estas dinâmicas também fizeram-se sentir na prática da dança mapiko”.

“(…) Nos tempo actuais, e com base na composição etária dos grupos analisados, verifica-se que o grau de adesão dos mais jovens tem diminuído. Assim, a maioria dos grupos de dança mapiko é composta por pessoas de idade relativamente avançada, o que contribui para a descontinuidade do processo de transmissão do conhecimento relacionado a essa expressão cultural”, conclui o documento que ainda não está disponível na internet.

A dança é a principal expressão cultural em Moçambique onde existem mais de 6 mil grupos a maioria nas províncias de Niassa e de Cabo Delgado.

Industrializar Moçambique para melhorar as exportações

A industrialização deverá constituir uma das principais prioridades do país, para se melhorar as exportações, através do fomento e criação de mais unidades industriais com potencial suficiente para produzir com qualidade e em larga escala, não só para a satisfação do mercado doméstico, assim como para a melhoria dos níveis de exportação.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

Neste momento, os níveis de exportação do país são extremamente baixos, o que para o ministro da Indústria e Comércio, Carlos Mesquita, não pode ser, visto que Moçambique dispõe de muitos recursos, destacando, entre outros, as terras férteis e as melhores condições climáticas para se assegurar uma produção sustentável.

O ministro da Indústria e Comércio fez esta abordagem na segunda-feira, 24 de Fevereiro, em Maputo, no decurso das visitas às instituições tuteladas pelo órgão que dirige, onde lembrou aos funcionários dos diversos sectores de actividade que “com o desafio que nos foi colocado pelo Presidente da República temos que acelerar com o processo da industrialização”, visto este ser o sector que a curto e médio prazos pode minimizar as importações moçambicanas e melhorar o nível das exportações.

“Nós queremos que a nossa balança comercial registre mais exportações do que as importações. Queremos atravessar fronteiras, porque neste momento não estamos satisfeitos com os níveis da balança comercial”, frisou o governante, que considera que para o início do processo de industrialização, primeiro terá que ser feito um inventário do sector da indústria para se determinar o número das unidades existentes, os seus problemas e expectativas, para que de seguida se relance o plano de desenvolvimento da indústria nacional que terá como foco o desenvolvimento da agricultura.

A visita do ministro às instituições tuteladas abrangiu oito instituições, nomeadamente, a Agência para a Promoção de In-

vestimento e Exportações (APIEX), a Bolsa de Mercadorias de Moçambique (BMM), o Instituto de Cereais de Moçambique (ICM), a Direcção Nacional da Indústria (DNI), o Instituto da Propriedade Industrial (IPI), a Inspeção Nacional das Actividades Económicas (INAE), o Instituto para a Promoção das Pequenas e Médias Empresas (IPEME) e o Instituto Nacional de Normalização e Qualidade (INNOQ).

O ministro, na sua comunicação com os funcionários das instituições tuteladas



referiu que a industrialização do país faz parte de um dos quatro pilares no presente quinquénio, em alinhamento com os planos de integração regional e continental.

“Deste modo, devemos estimular iniciativas empresariais que visem a revitalização e modernização das agro-indústrias, das indústrias agro-químicas, têxteis e confecções, metalomecânicas e indústrias de materiais de construção”, finalizou o governante que defende que se deve gerar mais emprego para os jovens no país e reduzir-se as assimetrias de desenvolvimento e os desequilíbrios da balança comercial.

Divulgação

Secretária de Estado na Província de Maputo visita instituições de Educação e Saúde

A Secretária de Estado na Província de Maputo, no cumprimento da sua agenda de trabalho, efectuou, recentemente, uma visita à Direcção Provincial de Ciências e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

Durante a visita, Vitória Diogo manteve encontro com os membros do Colectivo de Direcção e posteriormente, com os colaboradores e estudantes de algumas instituições de ensino, tuteladas por este sector, na Província de Maputo.

A Secretária de Estado deu recomendações sobre a necessidade da observância e aplicação rigorosa do quadro legal vigente para o licenciamento das instituições de ensino superior e técnico profissional; a necessidade de se rentabilizar a capacidade de prestação de serviços por parte dos formandos do Instituto Industrial e Comercial da Matola, bem como das instituições de ensino superior e técnico profissional formarem profissionais que respondam às exigências do mercado de trabalho.



De forma geral, a governante, sublinhou que o Governo continuará a enviar esforços, no sentido de expandir, cada vez mais, a formação técnico profissional, bem como em TICs, em todo território da Província, como forma de garantir o desenvolvimento equilibrado à população.

Ainda inserido no quadro das visitas que está a fazer às instituições do Estado naquela província, Vitória Diogo, orientou ainda aos funcionários da Saúde da província de Maputo a cumprirem com zelo e dedicação as suas obrigações, de modo a

garantir um serviço de excelência no sector.

A governante sublinhou a necessidade dos quadros da Direcção Provincial de Saúde investirem o seu conhecimento na prevenção de doenças, pois, dessa forma, vão aliviar a pressão sobre as unidades sanitárias.

Depois de visitar os vários departamentos da Direcção Provincial de Saúde e interagir com funcionários, Vitória Diogo testemunhou uma sessão de simulação de rastreio de um paciente “suspeito” de ter contraído o coronavírus, no centro de isolamento de Dlhavela, que é o de referência provincial.

Seguiu-se uma visita ao Hospital Provincial da Matola, onde interagiu com quadros de direcção e orientou um encontro com funcionários. No local, visitou a área de urgências, bloco de operações, maternidade e pediatria.

A Secretária de Estado manifestou-se satisfeita com o empenho dos funcionários e encorajou-os a vencer os desafios do quotidiano, apesar das dificuldades financeiras e de recursos humanos com que o sector se debate.

Segundo destacou, é importante observar valores de sigilo profissional e integridade, trabalhar para a redução ao mínimo possível do tempo de espera dos pacientes para observação.

Recomendou à Inspeção Provincial a apertar o cerco sobre os funcionários que violarem as regras e também agentes de saúde privados que praticarem actos ilícitos a vários níveis.

A jornada da Secretária de Estado com o sector de saúde encerrou no Núcleo Provincial de Combate ao HIV/SIDA, onde se inteirou dos avanços e desafios do programa provincial na área.

Regresso das Linhas Aéreas de Moçambique à Lisboa adiado para Junho

O desejo do Presidente Filipe Nyusi que as Linhas Aéreas de Moçambique (LAM) voltem a voar para Lisboa foi adiado. "Nós originalmente tínhamos planeado começar este voo em fins de Março, conseguimos os slots em Lisboa há 3 dias atrás por isso é que vamos iniciar em Junho", justificou o director geral da LAM, João Carlos Pó Jorge, que não conseguiu projectar que receitas adicionais esta nova rota trará para companhia de bandeira nacional que está em falência técnica há 5 anos.

Texto: Adérito Caldeira

Em Julho de 2019, durante uma visita de Estado à Portugal, o Presidente Filipe Nyusi desafiou as LAM a reiniciarem a rota Maputo - Lisboa, interrompida em 2011 quando a autoridade aeronáutica de Moçambique foi colocada na lista negra da aviação civil europeia.

Em Outubro a companhia anunciou o reinício da ligação aérea entre a Cidade de Maputo e a capital portuguesa, Lisboa, em Março de 2020.

"Nós originalmente tínhamos planeado começar este voo em fins de Março, conseguimos os slots em Lisboa há 3 dias atrás,



que é um aeroporto de preferência e bastante ocupado, por isso é que vamos iniciar em Junho, para dar tempo de anunciar e vender confortavelmente nos nossos circuitos e ter os voos com a ocupação que desejamos", revelou a jornalista, nesta terça-feira (21), o director geral das LAM.

Questionado sobre a viabilidade da abertura da nova rota, que o @Verdade sabe não passa de uma decisão política do seu acionista principal, João Carlos Pó Jorge argumentou que "esta operação coloca a LAM num network aumentado, vai deixar de ser Moçambique e a região e vai passar a ser Moçambique, a região e com uma perna até a Europa", porém não conseguiu dar projectar quanto vai gerar em receitas para os cofres da empresa que está em falência técnica desde 2015.

O @Verdade sabe que no exercício económico de 2018 os

prejuízos cresceram, os activos depreciaram-se e o passivo das Linhas Aéreas de Moçambique voltou a aumentar.

Convidado a nomear as vantagens em voar nas Linhas Aéreas de Moçambique, conhecida pelas suas tarifas exorbitantes, Pó Jorge explicou: "Pensamos nós que vamos servir e ter maior número de viajantes entre os dois destinos porque esta oferta directa e com um serviço especial vai dar conforto não só a diáspora estudande mas também a pessoas idosas que tenham familiares de um lado ou do outro".

"África precisa de um discurso diferente" Prof. Carlos Lopes

Todos os países africanos têm a possibilidade de realizar transformações estruturais, mas só poderão fazê-las, com sucesso, os que têm lideranças capazes, com disciplina, foco e noção de que têm que mudar a mentalidade, deixando de ser países rentistas e preguiçosos.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

O continente africano alberga 37 países com alta dependência das matérias-primas. 80 por cento das suas exportações dependem das matérias-primas ou recursos naturais, razão pela qual se tornam em países preguiçosos, porque não precisam de se preocupar com o resto da economia.



Esta observação foi feita, na segunda-feira, 24 de Fevereiro, na Universidade Politécnica, em Maputo, pelo Prof. Carlos Lopes, durante a cerimónia de lançamento do seu livro intitulado "Africa in transformation-Economic development in the age of doubt" (Continente africano em transformação-desenvolvimento económico em tempos de incerteza), no qual o académico faz a apologia da transformação estrutural no contexto africano.

Carlos Lopes ressaltou existirem, também, outros países africanos que já entenderam que é preciso adoptar um paradigma diferente, chamado de transformação estrutural.

"África precisa de um discurso diferente, sendo que o livro tenta trazer, desde a parte estatística até à parte teórica, uma contestação das verdades habituais que estão associadas à leitura de África, e propõe, através de oito desafios, medidas importantes para que no processo de

transformação possamos ter sucesso", frisou.

Ao proceder à apresentação da obra, Salim Valá referiu que não há como não estar de acordo com Carlos Lopes quando advoga no seu livro que África necessita de uma estratégia clara de crescimento inclusivo apoiada por melhores instituições, sinergias regionais e infraestruturas adequadas para dar um salto qualitativo.

"O crescimento económico robusto e acelerado é necessário para a redução da pobreza, mas para que esse crescimento seja sustentável a longo prazo ele deve ter uma base ampla, abranger diversos sectores e incluir grande parte da força de trabalho dos países com destaque para as pessoas ligadas à agricultura, pescas e aos pequenos negócios do sector informal", sustentou Salim Valá.

Acrescentou que não é qualquer tipo de crescimento que pode ser qualificado de inclusivo e nem o crescimento a qualquer custo conduz ao desenvolvimento económico sustentável: "O crescimento económico sustentável deve ter foco no capital humano, na geração de emprego, no aumento da renda das famílias, no acesso aos serviços essenciais, no uso sustentável dos recursos naturais e na protecção social", concluiu.

Importa referir que Carlos Lopes é Doutor Honoris Causa pela Universidade Politécnica. Considerado um especialista de reformas e desenvolvimento institucional, esteve sempre associado a grandes processos de reforma no sistema das Nações Unidas, onde trabalhou por mais de duas décadas.

Standard Bank partilha soluções de financiamento para PME's

No workshop, inserido na primeira semana de Fintechs de Moçambique, realizado recentemente, em Maputo, o Standard Bank partilhou, com os representantes de startups moçambicanas as soluções de financiamento disponíveis no banco para ajudar no desenvolvimento de negócios destes empreendimentos de base tecnológica.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

O evento que decorreu entre os dias 14 e 21 de Fevereiro, na Incubadora de Negócios do Standard Bank, constituiu uma iniciativa da FSD Moçambique, que contou com o apoio do Standard Bank.

O apoio do banco a este movimento reveste-se de capital importância para que possa acompanhar a revolução digital e colocar-se em posição de responder às exigências dos clientes com eficácia, bem como antecipar-se às suas necessidades.



No painel sobre o acesso ao crédito, a responsável pela área de Financiamento às Pequenas e Médias Empresas do Standard Bank, Daniela Moreira, referiu-se às soluções inovadoras de financiamento que o banco tem disponíveis para as startups nacionais, considerando que estas representam uma valiosa contribuição para a economia.

Do conjunto de soluções de financiamento idealizadas para suprir

as necessidades deste segmento de investimentos, a oradora destacou o financiamento das facturas, crédito flexível, que é simplificado e atribuído num curto espaço de tempo, sem garantias.

Com efeito, através das linhas de financiamento do Standard Bank, as startups podem efectuar vários investimentos, incluindo o reforço de tesouraria.

"A nossa ideia é contribuir, igualmente, para o crescimento de star-

as dificuldades estruturais, através da nossa Incubadora de Negócios", disse.

Uma das participantes do workshop, Lidia Siquela, da startup Taduma, manifestou-se satisfeita com as oportunidades de financiamento que o Standard Bank oferece, incluindo a experiência partilhada pela oradora: "Geralmente, nós empreendedores corremos desenfreadamente à procura de dinheiro para pôr os nossos negócios a produzir, mas hoje constatamos que por mais que tenhamos o almejado dinheiro se não tivermos um plano de negócios bem estruturado tudo pode redundar num fracasso", indicou.

"Aprendemos como planificar, organizar, capacitar e trabalhar em equipa, o que nos vai inspirar no nosso dia-a-dia", afirmou.

A propósito do evento, João Gaspar, presidente da Associação Moçambicana de Fintechs, explicou que se pretende com esta iniciativa fazer com que as pessoas prefiram usar dinheiro digital em detrimento do físico: "se nós fizermos esta mudança estaremos a contribuir significativamente para o desenvolvimento da economia, promovendo a inclusão financeira".

As Fintechs, conforme argumentou, como empresas que recorrem à tecnologia para trazer inovação, na banca e nos seguros, têm uma grande possibilidade de pensar melhor ou diferente nos produtos, de uma maneira mais estruturada e criar soluções para digitalizar os pagamentos no País.

Ficha Técnica

NAMPULA - Av. 25 de Setembro 57 A
Telemóvel+258 84 39 98 635

MAPUTO - Avenida Mao Tse Tung 479
Telemóvel+258 86 45 03 076

E-mail: averdademz@gmail.com

Jornal registado no GABINFO, sob o número O14/GABINFO-DEC/2008; Propriedade: Charas Lda; Fundador: Erik Charas.

Director: Adérito Caldeira; Director-Adjunto: Sérgio Labistour; NAMPULA - Delegado: Hélder Xavier; Director Gráfico: Nuno Teixeira; Periodicidade: Diário.